



BOLETIM SEMANAL DO **SINDJUS-DF**

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

16 de março de 2004 - Ano IV

Filiado à **CUT/FENAJUFE**

Proponha soluções para a falta de segurança dos servidores públicos

Você está convidado para discutir medidas para garantir melhores condições de trabalho e segurança para a nossa categoria.

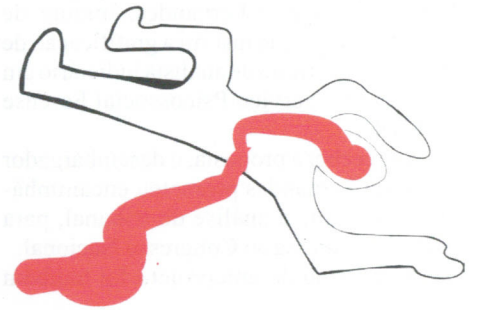
Participe do I Seminário “Segurança para o servidor público – Como garantir a proteção dos trabalhadores do Estado”, que será realizado de 9h às 12h do próximo dia 25 de março, no Auditório do STJ.

O seminário será aberto pelas seguintes autoridades: o presidente do Senado Federal, José Sarney; o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; o procurador geral da República, Cláudio Fonteles; e o presidente eleito do Superior Tribunal de

Justiça, ministro Edson Vidigal.

Depois da abertura e de uma palestra sobre as condições de trabalho dos servidores – em especial dos trabalhadores da área psicossocial, oficiais de Justiça, agentes de segurança, peritos, procuradores, promotores, juízes e fiscais –, discutiremos propostas concretas para melhorar tais condições e evitar tragédias como o assassinato dos fiscais do trabalho e do motorista que os acompanhava em Unai, Minas Gerais.

Participarão do evento, como entidades convidadas, o Sindilegis, Sinait, Unafisco, Unacon e Anfp.



Participe da assembléia que elegerá delegados ao V Congresso da Fenajufe

Na próxima terça-feira, 23 de março, será realizada a assembléia geral para escolher os 92 delegados do Sindjus que participarão do V Congresso Nacional da Fenajufe (Congrejufe), em Maceió, Alagoas, entre os dias 28 de abril e 2 de maio de 2004.

A pauta do Congresso inclui, além da eleição da nova Diretoria Executiva e do novo Conselho Fiscal da Fenajufe, o balanço de atuação da Federação e a prestação de contas do último biênio; a discussão sobre a conjuntura nacional e internacional, incluindo as atuais reformas; a organização e a política sindical; as políticas permanentes (saúde, gênero e raça); alterações estatutárias; e definição de um novo plano de lutas.

Assembléia Geral

Dia: 23 de março
Horário: 18 horas
Local: Auditório Sepúlveda Pertence, Bloco A, TJDF

Presidente do Senado é convidado para o seminário

Em audiência na última quinta-feira, 11, os diretores do Sindjus, Roberto Policarpo e Jailton Magueira, e da Fenajufe, Cláudio Azevedo, formalizaram convite ao presidente do Senado, José Sarney, para que ele participe da abertura do I Seminário Segurança do Trabalhador – Como garantir a proteção dos trabalhadores do Estado.

O seminário debaterá medidas para garantir melhores condições de trabalho e segurança para os servidores públicos e evitar tragédias como a chacina de Unai, onde, no final de janeiro, foram assassinados três fiscais do trabalho e o motorista que os acompanhava.

Previsto para o próximo dia 25, no Auditório do STJ, o evento contará, além de

Sarney, com a presença do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, do procurador geral da República, Cláudio Fonteles, e do presidente eleito do STJ, Edson Vidigal.

Poder de polícia - Os três diretores solicitaram ainda ao presidente José Sarney apoio para a proposta de emenda constitucional do senador Demóstenes Torres (PFL-GO), que autoriza o Judiciário a criar a própria polícia, e para a proposta que estende o direito do porte de arma aos profissionais da área de segurança dos tribunais.

A emenda foi incorporada ao substitutivo do relator da reforma do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), apresentada na quarta-feira, 10, à Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça do Senado.

Reforma do Judiciário incorpora proposta de criação da polícia do Judiciário

Na quarta-feira da semana passada, 10, o relator da PEC da reforma do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), incorporou ao seu substitutivo a emenda de autoria do senador Demóstenes Torres (PFL-GO), ao artigo 96 da Constituição Federal, que autoriza os tribunais a organizar polícias próprias.

Além de reduzir o número de terceirizados, sem compromisso com o serviço público, a criação da polícia do Judiciário garantirá maior segurança aos ministros, juízes, desembargadores, procuradores, promotores, advogados e aos próprios servidores dos tribunais.

Depois de analisado pela CCI, o substitutivo será discutido e votado pelo plenário do Senado em dois turnos, antes de retornar para a Câmara dos Deputados.

Servidores públicos federais lançam campanha salarial nesta quarta-feira

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF) lançará, na próxima quarta-feira, 17, em Brasília, a Campanha Salarial 2004. Na terça, 16, a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, representando 800 mil trabalhadores, definirá os rumos da

campanha que, este ano, começou em clima de grande tensão, uma vez que o governo acena com a concessão de um reajuste linear de, no máximo, 2,67%, três vezes inferior à inflação acumulada no ano passado.

Na quinta-feira, 18, os líderes dos servidores públicos voltarão à Mesa

Nacional de Negociação Permanente, instituída pelo Ministério do Planejamento no ano passado. Durante o encontro, eles pretendem cobrar do governo as promessas de campanha, segundo as quais os trabalhadores do serviço público não sofreriam qualquer perda salarial a partir de 2003.

Sindjus formaliza proposta que institui gratificação de atividade de risco

O sindicato entregou na última quinta-feira, 11, ao presidente do TJDF, Natanael Caetano Fernandes, minuta de um anteprojeto que institui a gratificação de risco para a carreira de analista judiciário em exercício no Serviço Psicossocial Forense do TJDF.

Ao receber a proposta, o desembargador Natanael Fernandes prometeu encaminhá-la rapidamente à análise do tribunal, para posterior remessa ao Congresso Nacional.

A sugestão do anteprojeto foi também

apresentada ao corregedor do TJDF, desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, na sexta-feira, 12. O corregedor expressou sua concordância com a proposta e se comprometeu a apoiá-la.

É urgente a aprovação desta proposta porque os servidores da área psicossocial estão expostos a atividades perigosas à vida e saúde, como o acompanhamento de presos, trabalho com moradores de logradouros públicos, invasões e favelas e contato com pessoas que sofrem de transtornos mentais.

Sindicato pede urgência para processo do estágio probatório no TST

A direção do Sindjus será recebida em audiência nesta terça-feira, 17, às 17h, pelo ministro do TST, Simpliciano Fontes de Faria Fernandes, a quem pedirá urgência no encaminhamento do Processo 17002/2003. Por meio desse processo, que o ministro Simpliciano está relatando, o sindicato solicita que o estágio probatório tenha duração de 24 meses, dissociados do tempo de aquisição da estabilidade no serviço.

No final de fevereiro do ano passado, o sindicato entrou com o requerimento administrativo no TST, baseado em decisão do Ministério Público da União e no entendimento do Poder Executivo, pedindo o estágio probatório de 24 meses e a estabilidade em três anos. Em setembro, o sindicato reiterou o pedido, juntando ao processo o precedente do STJ, que, no Ato nº 57, dispôs que o período de estágio probatório é de 24 meses.

Estamos de olho

São inválidos os atos administrativos que violam o princípio da moralidade

Continuamos de olho nas ocupações irregulares de funções, nas situações de nepotismo e em outras ilegalidades praticadas nos órgãos do Judiciário e do MPU. Para melhor combatê-las, criamos o endereço eletrônico estamosdeolho@sindjusdf.org.br, por meio do qual você pode denunciar essas irregularidades, preservando a sua identidade.

Aquelas situações, além de ilegais, são imorais, é preciso lembrar que a moralidade – junto com a legalidade, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência – é um dos princípios republicanos e constitucionais a que a administração pública deve obediência.

Muitos juristas opinam que muitos

atos administrativos considerados legais ferem a moralidade, comprometendo, em consequência, a estabilidade e a paz sociais.

Moreira Neto, por exemplo, afirmou que “sob o prisma da moralidade, a satisfação dos requisitos de legalidade do ato não é suficiente. Será necessário ir adiante, na análise da ação administrativa, para investigar se o conjunto dos seus elementos realmente sustenta o interesse público ou apenas dá falsa impressão de que o faz”.

A nomeação de parentes ou de terceirizados para ocupar funções comissionadas, além de ilegal, é ato imoral. Por isso, os atos administrativos praticados por essas pessoas são também inválidos.

“Como fazer análise de conjuntura”: tema do próximo encontro de delegados

Você, que é delegado sindical de base, tem um compromisso agendado para a próxima sexta-feira, dia 19: participar da oficina em que serão estudados os elementos necessários à elaboração de análises de conjuntura. A oficina será dirigida pelo assessor de comunicação do Sindjus, Antônio Carlos Queiroz.

Logo após esta parte, os delegados discutirão o encaminhamento das atuais reivindicações da categoria.

Não deixe de participar de mais este encontro de delegados. Lembre-se de que a sua atuação será tanto mais produtiva quanto mais você estiver preparado para acompanhar a realidade de nossa categoria.

Encontro de Delegados Sindicais

Dia: Sexta-feira, 19

Local: Sala 9 do Hotel Nacional

Horário: De 13h às 18h

Queremos equiparar o auxílio-creche ao valor pago pelo STJ

A partir desta terça-feira, 16, o sindicato vai requerer a equiparação do auxílio-pré-escolar de todos os tribunais e órgãos do MPU ao valor do STJ, de R\$ 340,00, reajustado em dezembro do ano passado.

Os valores do auxílio-creche pagos pelos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União variam de R\$ 101,25 a R\$ 340,00.